



Ulysses Guimarães encerrou a sessão após constatar a presença de 240 dos 559 constituintes

Constituinte completa 7 sessões sem votação

Pela sétima sessão consecutiva, desde a última votação — a definição do mandato do presidente José Sarney, no dia 2 de Junho —, a Constituinte não teve quorum ontem para continuar a apreciar o título das Disposições Transitórias do projeto de Constituição. As 16h00, a sessão, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, foi encerrada com apenas 240 dos 559 parlamentares presentes ao plenário para a verificação de quorum.



O deputado Gonzaga Patriota (PMDB-PE) definiu a situação, ao constatar o óbvio: "A Constituinte ainda está de ressaca. Não acordou daquela fatídica quinta-feira", uma

referência à votação do mandato do presidente Sarney. A afirmação do parlamentar deu o tom da maioria dos discursos durante a morna sessão da tarde de ontem.

Fernando Santana, deputado pelo PCB da Bahia, disse que esteve no seu Estado no último fim de semana e 500 pessoas com quem manteve contato só lhe fizeram uma pergunta: "Quando a nova Constituição ficará pronta". Fernando Santana fez um apelo afirmando que "não podemos continuar nesse passo de tartaruga". A mesma constatação foi feita pelo deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) que, em visita ao Rio Grande do Sul, foi questionado diversas vezes por suas bases a respeito do término da Constituinte. Bogo lembrou que até agora só foram votados 4 dos 72 artigos das Disposições Transitórias e previu que se o plenário continuar nesse ritmo

a nova Carta só ficará pronta em novembro ou dezembro.

Eleição municipal

A deputada Irma Passoni (PT-SP) acredita que está havendo uma "obstrução velada na Constituinte com a falta de quorum", o que ela acha ser "uma covardia e desrespeito à Nação". A eleição municipal deste ano também foi tema de alguns discursos. O senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI) leu um telegrama da União Brasileira de Vereadores afirmando que a entidade é contra a prorrogação do mandato dos atuais prefeitos, ao contrário do que tem sido veiculado. O deputado Paulo Delgado (PT-MG) também se pronunciou a respeito dizendo que considera "injusta" a limitação imposta pelo projeto aprovados no Senado limitando o tempo de propaganda no rádio e na televisão.

Voto decide anistia e pleito

Anistia aos militares e eleições municipais e no Distrito Federal serão decididas no voto pela Constituinte, já que a possibilidade de um acordo de lideranças ficou afastada durante as negociações para votação das Disposições Transitórias, que se prolongaram ontem à noite, no gabinete do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Os dois temas polêmicos marcam o reinício das votações, interrompidas há mais de uma semana mas que devem começar hoje, segundo a previsão das lideranças.

A hipótese de votação de um "acórdão" com todas as matérias de consenso foi afastada, já que o Regimento Interno não permite. A solução para apressar o andamento dos trabalhos, encontrada pelas lideranças, foi a de buscar fazer fusões de emendas por assunto, criando blocos de fusões por artigo. As matérias que forem objeto de acordo, segundo acertaram as lideranças, serão votadas sem encaminhamento e sem discussão, de modo que a demora só ocorrerá na votação de matérias polêmicas. Mesmo assim, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que par-

ticipa das reuniões, prevê que será possível votar todas as Disposições Transitórias até sexta-feira desta semana.

Mandato-tampão

Em relação às eleições municipais, a polêmica que persiste diz respeito às emendas sobre "mandato-tampão" para os atuais prefeitos, uma vez que "há consenso", segundo Sandra Cavalcanti, de que o pleito deve ser realizado este ano. Quanto às eleições no DF, ela disse que já se conseguiu "pelo menos um progresso": o de que o líder do PFL, deputado José Lourenço, deixasse a questão em aberto no partido.

Até ontem, as negociações das lideranças abrangeram do artigo 6º ao 20º e houve acordo sobre várias matérias, como a equiparação dos vencimentos dos ex-combatentes que participaram da 2ª Guerra Mundial ao soldo de 2º tenente. Houve acordo, também, sobre o artigo 17, que estabelece o exame dos "atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro", através de uma comissão mista que será criada no prazo de um ano da data de promulgação da Constituição.

Brandão Monteiro quer manter DVS

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro defendeu ontem a manutenção do Destaque para Votação em Separado (DVS), nas votações de segundo turno. Segundo ele, quando se fala em DVS, não se fala apenas em primeiro turno, e o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), não não pode agora extinguir o instrumento.

Mas apenas no final das votações do título das Disposições Transitórias é que o deputado Ulysses Guimarães tomará sua decisão. Ontem, ele informou estar ouvindo parlamentares sobre o assunto, e salientou que as regras regimentais utilizadas nas votações de primeiro turno não serão as mesmas para a última fase dos trabalhos.

Brandão Monteiro disse que o DVS é "a arma" dos setores progressistas, no segundo turno. Seu partido, por exemplo, está preparando um Destaque para Votação em Separado para o dispositivo referente à impossibilidade de desapropriação de terras produtivas, no capítulo da reforma agrária. "Quero ver o Centão colocar 280 votos para manter o texto", desafiou Brandão.